



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Sul de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : MITIDIERI MINERACAO E RECURSOS NATURAIS LTDA

CNPJ/CPF : 60.897.064/0001-69

Empreendimento : MITIDIERI MINERACAO E RECURSOS NATURAIS LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : BOCAINA DE MINAS número/km S/N Bairro ZONA RURAL CEP 37340-000 Bocaina de Minas - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Bocaina de Minas (LAT) -22.1668, (LONG) -44.4606

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 22017/2025

Motivo da decisão:

Em conclusão, devido à ausência de documento autorizativo para intervenção ambiental, devido à ausência de documento autorizativo para captação de água para aspersão, e devido ao CAR apresentado não contemplar toda a ADA do empreendimento, sugere-se o indeferimento da concessão da Licença Ambiental Simplificada para o empreendimento MITIDIERI MINERACAO E RECURSOS NATURAIS LTDA, para a atividade de "Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil", código A-03-01-8, no município de Bocaina de Minas.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Varginha, 30/09/2025.

Documento assinado eletronicamente por FREDERICO AUGUSTO MASSOTE BONIFACIO, Chefe da Unidade, em 30/09/2025 13:54 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.